



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná
e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das
Águas PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
Guarapuava / PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 09 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa Sicredi Planalto das Águas PR/SP, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: Em função da pandemia, as ações remotas on line mas com os mesmos objetivos de promover a solidariedade e marcar o Dia do Cooperativismo. Durante o Dia C (Dia de Cooperar), além de ações de arrecadação de donativos, realizamos duas Lives, uma em Pitanga, que reuniu 19 atrações musicais locais. O resultado foi uma arrecadação de mais de 2 toneladas de alimentos e R\$ 15 mil reais em dinheiro para ajudar famílias em vulnerabilidade. Da mesma forma, em Guarapuava, em parceria com Unimed e C.Vale, fizemos uma Live com apresentação do humorista Juca Bala, artista reconhecido na região e que mobiliza grande público: mais uma vez o objetivo de arrecadar recursos financeiros e alimentos para entidades assistenciais, foi alcançado. Em setembro, no Distrito de Entre Rios, também, como forma de apoiar uma iniciativa local que atende crianças e adolescentes passando por dificuldades devido à pandemia, novamente realizamos um evento denominado “Live Cooperativa do Bem” com parceira das cooperativas Agraria e Cooperaliança, trazendo a atração da Banda Original, com grande apelo à cultura local, reforçando mais uma vez que somos a Instituição Financeira da comunidade. Também foram realizadas ações para marcar a Semana ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira) promovida pelo Banco Central do Brasil. Na área de atuação da cooperativa foram promovidas diversas ações, entre elas, Lives que abordaram o tema, participação em rádios locais onde foram compartilhadas várias dicas de educação financeira, vídeos nas redes sociais da cooperativa com objetivo de interagir com o público desses canais, também oficinas digitais para colaboradores e crianças. Em 2020 tivemos uma boa participação dos Associados nas Assembleias, que foram realizadas antes das medidas de restrição do novo Covid 19 no início de março. Na rodada de Prestação de Contas, realizada na metade do ano, tivemos que fazer diferente, para garantir distanciamentos, em formato “misto”, ou seja, com a presença dos coordenadores de núcleo nas agências e transmissão on line aos Associados, garantindo nossa premissa da transparência na gestão.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: Inauguramos em 04/2020 a agência Bonsucesso com espaço coworking e mudamos o endereço da agência Portal do Lago em 10/2020 para um ambiente mais amplo visando a comodidade dos associados, ambas na cidade de Guarapuava/PR. Em 04/2020 distribuimos sobras e em 12/2020 juros ao capital aos associados. Em 08/2020 implantamos o Novo Sistema de Caixa, com maior segurança e agilidade no atendimento. Revertemos o saldo contido em Reserva de Expansão nas principais despesas administrativas das agências com até 24 meses de funcionamento para sua alavancagem. Não utilizamos a totalidade do saldo destinado para FATES em 2020, o qual estará disponível para a utilização em ações em 2021.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Cooperava Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, nossa cooperativa manteve o Atendimento aos associados e à comunidade, sempre zelando pela segurança e preservação da saúde e da vida, respeitando as orientações das autoridades sanitárias, bem como decretos estaduais e municipais, seguindo todos os protocolos estabelecidos.

Além disso, colocou em prática protocolos internos de preservação da saúde física, mental, profissional e financeira de todos os seus colaboradores. Mantivemos o quadro completo de colaboradores, antecipamos o crédito do décimo terceiro salário e vale alimentação, e oferecemos apoio psicológico e atendimento humanizado diariamente, para que esse cuidado aos colaboradores fosse refletido na manutenção do bom atendimento aos nossos associados.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheiros do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO	634.227	482.820	PASSIVO	515.562	378.925
DISPONIBILIDADES (Nota 04)	5.336	10.043	DEPÓSITOS (Nota 11)	345.990	219.977
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	614.146	456.871	Depósitos à vista	81.041	39.227
Aplicações interfinanceiros de liquidez (Nota 05)	9.621	11.013	Depósitos interfinanceiros	5.539	5.390
Centralização financeira (Nota 04)	222.314	133.937	Depósitos a prazo	259.410	175.360
Relações interfinanceiras ativas	3	376	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	127.563	127.181
Operações de crédito (Nota 06)	355.876	290.629	Relações interfinanceiras (Nota 12)	123.796	123.803
Outros ativos financeiros (Nota 07)	26.332	20.916	Obrigações por repasses (Nota 13)	752	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 06)	(17.332)	(14.314)	Outros passivos financeiros (Nota 14)	3.015	3.378
OUTROS ATIVOS (Nota 08)	4.546	5.398	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS (Nota 15)	524	325
INVESTIMENTOS (Nota 09)	10.966	10.820	OUTROS PASSIVOS (Nota 16)	41.485	31.442
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	14.304	11.529	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	118.665	103.895
INTANGÍVEL (Nota 10)	2.261	2.473	CAPITAL SOCIAL	48.245	42.931
			RESERVAS DE SOBRAS	67.074	57.789
			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	3.346	3.175
TOTAL DO ATIVO	634.227	482.820	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	634.227	482.820

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25.472	53.217	55.727
Operações de crédito	25.399	52.941	55.567
Resultado títulos e valores mobiliários	72	274	114
Resultado das aplicações compulsórias	1	2	46
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(8.861)	(18.768)	(22.887)
Operações de captação no mercado	(1.967)	(4.517)	(7.904)
Operações de empréstimos e repasses	(2.370)	(5.558)	(6.804)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.524)	(8.693)	(8.179)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.611	34.449	32.840
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(8.814)	(17.591)	(16.302)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	9.716	17.897	13.510
Rendas de tarifas bancárias	3.331	6.220	5.017
Dispêndios e despesas de pessoal	(10.167)	(19.741)	(18.198)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(10.535)	(19.830)	(18.581)
Dispêndios e despesas tributárias	(164)	(427)	(481)
Outros ingressos e receitas operacionais	4.847	8.611	12.387
Outros dispêndios e despesas operacionais	(5.842)	(10.321)	(9.956)
RESULTADO OPERACIONAL	7.797	16.858	16.538
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(448)	(367)	140
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	7.349	16.491	16.678
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	143	(454)	(380)
Provisão para Imposto de Renda	99	(284)	(237)
Provisão para Contribuição Social	44	(170)	(143)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.140)	(3.870)	(3.033)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	5.352	12.167	13.265

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	38.703	48.642	-	2.852	90.197
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	730	-	-	(730)	-
Destinações para reservas	-	-	2.115	(2.115)	-
Outras destinações	-	-	-	(7)	(7)
Capital de associados					
Aumento de capital	5.285	-	-	-	5.285
Baixas de capital	(3.395)	-	-	-	(3.395)
Reversões de reservas	-	-	(2.032)	2.032	-
Resultado do período	-	-	-	13.265	13.265
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(634)	(634)
Juros sobre o capital próprio	1.608	-	-	(2.424)	(816)
Reserva legal - Estatutária	-	8.890	-	(8.890)	-
Reserva legal - Doação SFG	-	174	-	(174)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	42.931	57.706	83	3.175	103.895
Mutações do Período	4.228	9.064	83	323	13.698
Saldos no início do período em 01/01/2020	42.931	57.706	83	3.175	103.895
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	816	-	-	(816)	-
Destinações para reservas	-	-	2.350	(2.350)	-
Outras destinações	-	-	-	(9)	(9)
Capital de associados					
Aumento de capital	6.273	-	-	-	6.273
Baixas de capital	(2.603)	-	-	-	(2.603)
Reversões de reservas	-	-	(2.433)	2.433	-
Resultado do período	-	-	-	12.167	12.167
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(669)	(669)
Juros sobre o capital próprio	828	-	-	(1.217)	(389)
Reserva legal - Estatutária	-	9.368	-	(9.368)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	48.245	67.074	-	3.346	118.665
Mutações do Período	5.314	9.368	(83)	171	14.770
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	45.764	57.706	2.433	6.815	112.718
Capital de associados					
Aumento de capital	3.308	-	-	-	3.308
Baixas de capital	(1.655)	-	-	-	(1.655)
Reversões de reservas	-	-	(2.433)	2.433	-
Resultado do período	-	-	-	5.352	5.352
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(669)	(669)
Juros sobre o capital próprio	828	-	-	(1.217)	(389)
Reserva legal - Estatutária	-	9.368	-	(9.368)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2020	48.245	67.074	-	3.346	118.665
Mutações do Período	2.481	9.368	(2.433)	(3.469)	5.947

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	8.157	18.558	16.386
Resultado do semestre/exercício	5.352	12.167	13.265
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.805	6.391	3.121
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	637	3.018	1.596
Provisão para desvalorização de outros ativos	1.199	1.201	102
Depreciação e amortização	1.374	2.537	1.931
Baixas do ativo permanente	38	105	33
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	226	199	94
Destinações ao FATES	(669)	(669)	(635)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	22.737	67.191	(22.063)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.778)	1.392	(9.952)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.707	373	(374)
(Aumento) em operações de crédito	(98.556)	(65.247)	(52.885)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	33.195	(7)	15.517
(Aumento) em outros ativos financeiros	(6.655)	(5.416)	(5.360)
(Aumento) Redução em outros ativos	933	(349)	(1.062)
Aumento em depósitos	77.153	126.013	30.086
(Redução) em passivos financeiros	(246)	(363)	(228)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(32)	752	(4.005)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(44)	(328)	(570)
Aumento em outros passivos	15.060	10.371	6.770
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	30.894	85.749	(5.677)
Aquisição de investimentos	-	(146)	(1.652)
Aquisição de imobilizado de uso	(2.263)	(4.642)	(5.730)
Aplicações no intangível	(326)	(563)	(341)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(2.589)	(5.351)	(7.723)
Integralização de capital	3.308	6.273	5.285
Baixa de capital	(1.655)	(2.603)	(3.395)
Juros ao capital próprio	(389)	(389)	(816)
Distribuição de Sobras	-	(9)	(7)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	1.264	3.272	1.067
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	29.569	83.670	(12.333)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	198.081	143.980	156.313
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	227.650	227.650	143.980

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas
PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	5.352	12.167	13.265
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	5.352	12.167	13.265

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheiros do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 10/08/1983 e sede situada na Rua das Flores, 506, na cidade de Guarapuava - Paraná. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 16 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 6;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 15;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

q) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

r) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	5.336	10.043
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	222.314	133.937
Total	227.650	143.980

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 97% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019	
	A vencer					Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
DI entre Banco e Cooperativa	-	2.123	7.498	9.621	11.013	
Total	-	2.123	7.498	9.621	11.013	

Total circulante	2.123	-
Total não circulante	7.498	11.013

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na aquisição e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2020					Total da carteira	31/12/2019
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira		
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses			
Empréstimos e títulos descontados	3.420	28.731	63.648	87.589	183.388	146.303	
Financiamentos	33	2.595	7.820	18.874	29.322	20.071	
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	22.790	95.623	24.753	143.166	124.255	
Total das operações de crédito	3.453	54.116	167.091	131.216	355.876	290.629	
Avais e fianças honrados	114	-	-	-	114	287	
Devedores por compra de valores e bens	-	86	162	345	593	251	
Títulos e créditos a receber	-	17.910	6.104	17	24.031	19.132	
Total de outros créditos	114	17.996	6.266	362	24.738	19.670	
Carteira total	3.567	72.112	173.357	131.578	380.614	310.299	

Total circulante	249.036	234.012
Total não circulante	131.578	76.287

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	21.186	51	-	-
A	0,50	178.746	137.548	890	688
B	1,00	118.089	110.708	1.180	1.108
C	3,00	31.990	33.662	960	1.010
D	10,00	11.673	12.592	1.167	1.259
E	30,00	6.319	4.984	1.896	1.495
F	50,00	1.256	2.118	628	1.059
G	70,00	2.479	3.136	1.735	2.195
H	100,00	8.876	5.500	8.876	5.500
Total		380.614	310.299	17.332	14.314

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 63.561 (dezembro de 2019 - R\$ 48.481) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 26). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 - Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 879 (dezembro de 2019 - R\$ 1.012) conforme Nota 14.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			Total da Carteira	31/12/2019
		A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	2.254	27.327	33.236	43.228	106.045	100.090
Rural	-	22.790	95.623	24.753	143.166	124.255
Industrial	74	2.699	4.600	8.062	15.435	11.883
Comércio	600	9.749	21.843	29.259	61.451	36.333
Outros serviços	639	9.547	18.055	26.276	54.517	37.738
Total	3.567	72.112	173.357	131.578	380.614	310.299
Total circulante					249.036	234.012
Total não circulante					131.578	76.287

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	36.842	9,68	32.795	10,57
50 devedores seguintes	77.756	20,43	65.639	21,15
100 devedores seguintes	65.260	17,15	54.472	17,55
Demais	200.756	52,74	157.393	50,73
Total	380.614	100,00	310.299	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	14.314	12.718
Constituição de provisão	19.877	17.352
Reversão de provisão	(11.184)	(9.173)
Movimentação de baixados para prejuízo	(5.675)	(6.583)
Saldo final	17.332	14.314

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	18.056	38.502	41.566
Financiamentos	2.021	3.854	2.853
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.376	7.057	7.568
Outros	11	46	70
Subtotal	23.464	49.459	52.057
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	1.935	3.482	3.510
Total	25.399	52.941	55.567

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 21.935 (2019 - R\$ 18.960).

NOTA 07 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 06)	24.031	19.132
Rendas a receber	1.053	838
Devedores por compra de valores e bens (Nota 06)	593	251
Avais e fianças honrados (Nota 06)	114	287
Operações com cartões	444	312
Devedores por depósitos em garantia	97	96
Total	26.332	20.916
Total circulante	25.873	20.727
Total não circulante	459	189

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	3.444	4.431
Adiantamentos e antecipações salariais	143	67
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	15	74
Adiantamentos para Confederação Sicredi	393	399
Impostos e contribuições a compensar	16	75
Pendências a regularizar	77	68
Outros	458	284
Total circulante	4.546	5.398

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	4.658	4.425
Imóveis	4.451	4.425
Veículos e afins	207	-
Material em estoque	20	-
Despesas antecipadas	69	108
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(1.303)	(102)
Total circulante	3.444	4.431

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(102)	-
Constituição de provisão	(1.201)	(102)
Saldo final	(1.303)	(102)

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	7.049	7.011
Sicredi Participações S.A.	3.916	3.808
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	10.966	10.820

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	1.267.222 ON	1.267.222 ON	1	1	7.048.623	7.010.780
	2.649.165 PN	2.649.165 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,33%	0,37%	0,62%	0,62%	2,21%	2,21%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	318.901	317.064
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	320.371	318.570
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	-
Valor do investimento	3.916	3.808	1	1	7.049	7.011

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	20.103	(5.799)	14.304	11.529
Imobilizações em curso	-	2.082	-	2.082	821
Terrenos	-	2.650	-	2.650	2.650
Instalações	10%	1.081	(547)	534	667
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	2.948	(1.017)	1.931	1.586
Móveis e equipamentos	10%	4.649	(1.385)	3.264	2.551
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.645	(446)	1.199	1.006
Equipamentos de processamento de dados	20%	4.317	(2.052)	2.265	1.921
Veículos	20%	731	(352)	379	327
Intangível		6.064	(3.803)	2.261	2.473
Investimentos Confederação		5.967	(3.756)	2.211	2.403
Outros ativos intangíveis		97	(47)	50	70

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	
Depósitos à vista	81.041	-	-	81.041	39.227	
Depósitos interfinanceiros	5.539	-	-	5.539	5.390	
Depósitos a prazo	15.744	4.434	239.232	259.410	175.360	
Total	102.324	4.434	239.232	345.990	219.977	
Total circulante					106.758	48.920
Total não circulante					239.232	171.057

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	123.795	123.803
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1	-
Total	123.796	123.803

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	22.595	57.793	24.636	105.024	123.803	
Total - Recursos do Crédito Rural	22.595	57.793	24.636	105.024	123.803	
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	34	-	18.737	18.771	-	
Total - Outros Recursos	34	-	18.737	18.771	-	
Total	22.629	57.793	43.373	123.795	123.803	
Total circulante					80.422	108.363
Total não circulante					43.373	15.440

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/10/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,5% do CDI com vencimentos até 15/03/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	
BNDES	77	230	445	752	-	
Total	77	230	445	752	-	
Total circulante					307	-
Total não circulante					445	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 16/06/2023.

NOTA 14 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	879	1.012
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	1.628	67
Recursos em trânsito de terceiros	508	695
Total circulante	3.015	1.774
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	-	1.604
Total não circulante	-	1.604
Total	3.015	3.378

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente.

NOTA 15 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Cível	Provável	524	325
Total não circulante		524	325

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Cível	325	299	(100)	524
Total não circulante	325	299	(100)	524

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 70 e R\$ 249 (dezembro de 2019 - R\$ 44 e R\$ 249), respectivamente.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	23.527	18.521
Provisão para pagamentos a efetuar	1.786	1.831
Cotas de capital a pagar	2.388	2.344
Provisão para participações nos lucros	4.065	3.304
Fundo de assistência técnica, educacional e social	977	635
Impostos e contribuições a recolher	720	596
Credores diversos	2.294	2.223
Cheques administrativos	5.684	1.910
Cobrança e arrecadação de tributos	1	53
Pendências a regularizar	43	25
Total Circulante	41.485	31.442

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	48.245	42.931
Total de associados	28.944	25.012

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 5.314 (2019 – R\$ 4.228), sendo R\$ 1.644 (2019 – R\$ 2.338) via integralização de resultados e R\$ 6.273 (2019 – R\$ 5.285), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.603 (2019 – R\$ 3.395).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,68% em 70% em Conta Capital e 30% em Conta Corrente, no montante de R\$ 1.217, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 70% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

Em 2020 para Cooperativa revertou a Reserva de Expansão no valor R\$ 2.433, visto a utilização devido a abertura de novas unidades de atendimento.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2020 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 427 (R\$ 174 em dezembro de 2019), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	16.491	16.678
Participação nas sobras	(3.870)	(3.033)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	12.621	13.645
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(5.048)	(5.458)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	4.095	4.092
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	487	969
Demais adições e exclusões previstas na legislação	12	17
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(454)	(380)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	9.621	11.013
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	222.314	133.937
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 07)	866	677
Outros ativos (Nota 08)	393	573
Investimentos (Nota 09)	10.966	10.820
Intangível (Nota 10)	2.211	2.403
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	5.539	5.390
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	123.795	123.803
Outros passivos (Nota 16)	22.296	18.344
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	1.628	1.671
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	274	114
Ingressos e receitas de prestação de serviços	4.482	3.968
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	4.780	8.896
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	427	174
Despesas		
Operações de captação no mercado	149	173
Operações de empréstimos e repasses	5.558	6.804
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	1.221	1.634
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	5.836	6.002

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	102	0,13%	17
Depósitos a prazo	2.349	0,91%	1.714
Operações de crédito	2.496	0,70%	1.406

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	3.538	3.591

NOTA 21 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	5.527	10.982	9.975
Benefícios	2.274	4.416	3.547
Encargos sociais	2.359	4.323	3.838
Treinamentos	7	20	838
Total	10.167	19.741	18.198

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	173	367	344
Aluguéis	1.358	2.513	1.882
Comunicação	382	763	833
Manutenção e conservação	690	1.310	1.244
Material de expediente	174	369	308
Processamento dados	313	566	400
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	994	1.828	2.918
Serviços do sistema financeiro	652	1.243	1.045
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	1.627	2.739	1.545
Serviços de vigilância e segurança	780	1.534	1.306
Serviços de transportes	810	1.653	1.704
Depreciação	934	1.762	1.304
Amortização (Rateio Confederação)	431	756	608
Amortização outros ativos intangíveis	9	19	19
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	44	328	744
Emolumentos e taxas diversas	515	1.140	1.481
Outras despesas administrativas	649	940	896
Total	10.535	19.830	18.581

NOTA 23 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	44	328	570
Recuperação de encargos e despesas	968	1.406	568
Ingressos depósitos intercooperativos	2.099	4.530	8.639
Reversão de provisões operacionais	579	746	1.054
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	370	639	1.224
Reversão de provisões para passivos contingentes	58	100	107
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	422	422	-
Outras rendas operacionais	307	440	225
Total	4.847	8.611	12.387

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	570	831	756
Contribuições Cooperativistas	108	215	207
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	62	322	613
Contribuição Confederação Sicredi	2.353	4.410	4.090
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	283	568	615
Encargos da administração financeira	-	1	46
Repasse Administradora de Cartões	-	76	190
Provisões para garantias financeiras prestadas	331	506	792
Provisões para passivos contingentes	284	299	201
Outras provisões operacionais	335	633	560
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	1.300	1.985	1.151
Risco operacional	93	172	352
Juros e comissões	-	-	51
Outras despesas operacionais	123	303	332
Total	5.842	10.321	9.956

NOTA 25 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	5.352	12.167	13.265
Eventos não recorrentes	427	427	174
Resultado recorrente	4.925	11.740	13.091

NOTA 26 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	63.556	48.474
Coobrigações em cessões de crédito	5	7
Total	63.561	48.481

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 28 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	116.404	102.090
Nível I (NI)	116.404	101.422
Capital principal - CP	116.404	101.422
Capital social	48.245	42.931
Reservas de capital	67.074	57.789
Lucros acumulados	3.346	3.175
Ajustes Prudenciais	(2.261)	(2.473)
Nível II (NII)	-	668
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	-	668
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	480.542	395.144
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	720	706
Margem de Capital	71.233	59.893
Índice de Basileia (PR / RWA)	24,22%	25,84%
Situação de Imobilização (Imob)	14.305	11.530
Índice de Imobilização (Imob / PR)	12,29%	11,29%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 29 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Valmir Dzivielevski
Diretor Executivo
CPF: 881.076.719-53

Paulo Diego Breancini
Diretor de Operações
CPF: 057.065.289-85

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Guarapuava / Paraná, 09 de março de 2021.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

-

Ari Schwans
Conselheiro

Manfred Becker
Conselheiro

Marcelo Krachinski Galvao
Conselheiro